

# IMPACTOS DO SETOR SUCROENERGÉTICO SOBRE O PREÇO DAS TERRAS NO TRIÂNGULO MINEIRO NOS ANOS 2000

*Ruhan Rodys Beiler*

Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, UNESP/RioClaro, IGCE.

[ruhanb@live.com](mailto:ruhanb@live.com)

**RESUMO:** Dentre as diversas alterações na dinâmica territorial que o setor sucroenergético (produção de açúcar, álcool e energia elétrica) impôs ao se instalar na região do Triângulo Mineiro, está a forma e intensidade no uso da terra e a valorização das terras dos municípios que acolheram o cultivo da cana em extensas áreas. Esta valorização é decorrente de uma trama complexa de interesses e fatores conjunturais que se imbricam, produzindo uma série de novas implicações territoriais na região. Na presente pesquisa foram selecionados 13 municípios do Triângulo Mineiro que tiveram significativa especialização territorial agrícola com produção de cana, açúcar e etanol. Esses municípios foram escolhidos por receberem pelo menos uma unidade produtiva (usina), serem pouco populosos, e terem sua economia bastante dependente da produção de cana e seus derivados. É a partir da avaliação da produção nestes municípios que pretendemos relacioná-la ao aumento significativo do preço das terras (além daquele decorrente de outros fatores).

**Palavras-chave:** Preço das terras; Triângulo Mineiro; Setor sucroenergético.

## IMPACTS OF THE SUGARCANE SECTOR IN THE LAND PRICE IN THE TRIÂNGULO MINEIRO (BR) IN THE YEARS 2000

**ABSTRACT:** Among the various changes in the territorial dynamics that the sugarcane sector (sugar, alcohol and electric energy production) imposed when setting up in the Triângulo Mineiro region, is the form and intensity of land use and the valorization of the lands of the municipalities that cultivation of cane in extensive areas. This valorization is due to a complex web of interests and conjunctural factors that intertwine, producing a series of new territorial implications in the region. In the present research were selected 13 municipalities of the Triângulo Mineiro that had significant agricultural territorial specialization with sugarcane, sugar and ethanol production. These municipalities were chosen because they received at least one productive unit (plant), were

not very populous, and their economy depended greatly on the production of cane and its derivatives. It is from the evaluation of the production in these municipalities that we intend to relate it to the significant increase in the price of the land (besides that due to other factors).

**Keywords:** land price. Triângulo Mineiro. sugarcane sector.

## INTRODUÇÃO

Desde o período colonial, a cana-de-açúcar figurou entre as culturas agrícolas mais importantes do Brasil, tendo maior ou menor protagonismo na economia em determinados períodos, mas influenciando diretamente a dinâmica territorial ao longo dos séculos.

Desde o início da ocupação colonial, o cultivo da cana-de-açúcar foi condicionado por pressões externas: primeiro pela demanda europeia por açúcar - por isso, seu alto valor (o que explica o interesse da Coroa Portuguesa no plantio de cana); e nos séculos XX e XXI com as apostas no etanol, que, como veremos, foram, de certo modo, frustradas por vários fatores.

A territorialização do cultivo de cana-de-açúcar respondeu diretamente às condições técnicas disponíveis em cada período e aos interesses imediatos dos agentes hegemônicos da economia e da política; mas esteve, é claro, condicionado pelo conhecimento amplo do território nacional que se deu paulatinamente. Se no Brasil Colônia era a circulação de mercadorias para exportação o fator de maior importância na seleção de regiões para o plantio (CAMELINI, 2011, p.33); no século XIX, com a incorporação ainda que tardia das inovações técnicas (como o engenho a vapor, construção de ferrovias, etc.), o alcance territorial da produção pôde ser ampliado; já mais recentemente, com a mecanização e informatização da produção agrícola, é a topografia, o preço da terra, entre outros, que irão figurar como fatores determinantes.

Após o chamado “Ciclo do Açúcar” (1500 a 1670), da posterior perda de competitividade frente ao açúcar produzido nas Antilhas, da interiorização da produção em fins do século XVIII e do período de regulação estatal da produção da cana-de-açúcar (décadas de 1930-1990), o etanol surge, ainda no primeiro quartel do século XX, como solução à dependência do Brasil da importação de petróleo para a produção de combustível (CAMELINI, 2011). O etanol, ainda que cumprindo um papel inicialmente secundário, figurava, portanto, como uma alternativa aos momentos de crise do açúcar no mercado externo.

Foi na década de 1970, no entanto, que o setor definitivamente se estabeleceu e foi impulsionado, tendo como pano de fundo a crise do petróleo no cenário internacional, e como resposta interna, a paulatina mudança da matriz energética nacional. Assim, a cana antes destinada à produção de açúcar passou a ser prioritariamente destinada à produção de etanol. Este impulso não se deu aleatoriamente, mas antes, a partir de um forte direcionamento estratégico do Estado brasileiro. Este posicionamento ficou claro na adoção de diversas políticas voltadas à produção da cana-de-açúcar.

Desde as primeiras apostas, o etanol se mostrou um produto “sedutor”. Se na década de 1970 a preocupação era com a dependência da gasolina importada que guiava as ações do Estado no setor, mais recentemente (década de 2000), ao menos na esfera do discurso, são as preocupações ambientais a nível global (razão pela qual o etanol adquire uma boa imagem no mercado externo) e a criação dos motores *flex fuel* (a produção de veículos com essa tecnologia a partir de 2003) que aumentam significativamente o mercado interno para o etanol, renovam a expectativa dos produtores e investidores no setor.

Está claro, portanto, que o desenvolvimento histórico do setor foi sempre dependente de ações diretas do Estado na definição de políticas agrícolas e industriais, Estado este sempre solícito aos reclames dos capitalistas agrários sequiosos por vantagens competitivas.

A região Triângulo Mineiro (porção oeste de Minas Gerais) foi acionada para a produção de cana-de-açúcar em larga escala já a partir da década de 1970, tendo como evento motor a política do Proálcool (Programa Nacional do Álcool) (PEREIRA, 2011). Pesaram os fatores físicos naturais, da região, e a sua localização (devido à proximidade de centros urbanos) na escolha da região como área de expansão (CLEPS JR.; GOMES, 2006).

É, no entanto, esse novo período da produção sucroenergética no Brasil e especialmente no Triângulo Mineiro, que se configura a partir do início dos anos 2000 que nos interessa na presente pesquisa. Esse período tem como motor um crescente aumento na demanda por biocombustíveis a nível mundial, o que acaba por atrair novos agentes (grupos estrangeiros) interessados nos possíveis ganhos com a produção sucroenergética na região (PEREIRA, 2011), mas também o papel do Estado como financiador do setor.

Dentre as diversas alterações na dinâmica territorial que o setor sucroenergético impôs ao se instalar na região, está a valorização das terras dos municípios que acolheram o cultivo da cana

em extensas áreas. Esta valorização é decorrente de uma trama complexa de interesses e fatores conjunturais que se imbricam, produzindo uma série de novas implicações territoriais na região.

Tal situação, e a manifestação direta da postura do Estado brasileiro ao compreender e defender o acesso à terra na condição de mercadoria, muito se expressa na análise do setor sucroenergético, quando usineiros muito capitalizados adquirem extensões significativas de terras para o plantio e, hoje, em muitos casos, grandes grupos do setor (inclusive estrangeiros) são controlados por capital financeiro e, mesmo não mobilizando capital na compra de terras, elaboram mecanismos de controle do espaço acionado para a produção da cana, criando as condições de valorização da terra em regiões especializadas. Este parece ser o caso do Triângulo Mineiro, conforme avaliamos a seguir.

Na presente pesquisa foram selecionados 13 municípios do Triângulo Mineiro que tiveram significativa especialização territorial agrícola com produção de cana, açúcar e etanol. Esses municípios foram escolhidos por receberem pelo menos uma unidade produtiva (usina), serem pouco populosos, e terem sua economia bastante dependente da produção de cana e seus derivados. É a partir da avaliação da produção nestes municípios que pretendemos relacioná-la ao aumento significativo do preço das terras (além daquele decorrente de outros fatores).

Portanto, dada a especialização destes municípios na produção de cana e derivados, nossa intenção é avaliar, especificamente, o impacto da expansão de áreas destinadas à produção sucroenergética sobre o preço das terras nesses municípios do Triângulo Mineiro. Tal interesse se dá pelo fato que o preço é também regulador dos usos do território, e é, portanto, capaz de atrair ou expulsar e articular ou desarticular distintos agentes.

Salientamos, porém, que o trabalho de avaliação da valorização das terras em função da expansão das atividades sucroenergéticas não é fácil. Há uma série de limitações ao acesso de dados empíricos, o que dificulta tencionar uma situação à outra. Desde a década de 1990, a Emater-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais) realiza levantamentos semestrais sobre o preço médio da terra agrícola em todos os municípios do Estado. No entanto, estes dados, que poderiam indicar o comportamento do mercado em relação ao preço das terras, não são de fácil acesso.

Dividimos então este texto em dois itens e conclusão além desta introdução. No primeiro, tratamos do uso do território triangulino pelo setor sucroenergético a partir dos anos 2000: a

conjuntura nacional e internacional que o impulsionaram, as formas de apropriação e controle do território, além de algumas implicações territoriais das ações do setor. No segundo nos atemos à valorização do preço das terras no Triângulo Mineiro a partir dos anos 2000 e a possível associação entre esta e o expansão do setor sucroenergético na região.

## 1. O USO DO TERRITÓRIO PELO SETOR SUCROENERGÉTICO NO TRIÂNGULO MINEIRO (ANOS 2000)

A partir dos anos 2000 aprofundou-se no Brasil uma política macroeconômica voltada à produção de *commodities*, acentuando sobremaneira a reprimarização das exportações. Tal estratégia, muito em função da alta dos preços destes produtos puxada pelo “boom” chinês implicou em intensificação e difusão do uso corporativo do território. O que de certa forma ocorreu em grande parte da América Latina, com o que Svampa (2013) chamou de *consenso de los commodities*.

Nesse período, impulsionados pela alta no preço das *commodities*, o Estado brasileiro elegeu o agronegócio<sup>1</sup> como principal gerador de superávit na balança comercial já no final do século passado. O segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) alterou a política de comércio exterior “relançando” o agronegócio e dando início ao que Delgado (2012) chamou de pacto de economia política do agronegócio. De acordo com o autor (p.94-95), essa mudança forçada pela crise cambial de 1999

---

<sup>1</sup> Entendemos, com Samuel Frederico (2015, p.71), que o termo agronegócio indica “[...] uma nova lógica de produção caracterizada por transformações de ordem técnica (inovação tecnológica constante dos insumos químicos, biológicos e maquinário), política (menor intervenção direta do Estado e maior poder de regulação das corporações mundiais), financeira (altos requerimentos de capital e participação crescente do capital financeiro) e produtiva (reorganização do trabalho, aumento da composição orgânica do capital, organização de redes de empresas com crescente concentração e centralização de capital) que ocorreram em parte significativa da agricultura mundial especialmente a partir do final da década de 1990”.

[...] encontrará um comércio mundial muito receptivo na década 2000 para meia dúzia de commodities em rápida expansão nos ramos de ‘feedgrains’ (soja e milho), açúcar-álcool, carnes (bovina e de aves) e celulose de madeira, que juntamente com os produtos minerais crescerão fortemente e passarão a dominar a pauta das exportações brasileiras no período 2000-2010.

A estratégia neoliberal de desenvolvimento foi mantida nos governos do PT (Partido dos Trabalhadores), e os *megasuperávits* primários continuam sendo defendidos. Dessa forma, houve, nesse começo de século, uma melhora nas contas externas devido à uma eventualidade conjuntural, de acordo com Carcanholo (2010). O autor afirma que os fatores que explicam essa conjuntura são:

(i) alta no ciclo de liquidez internacional, o que reduz as taxas internacionais de juros, proporcionando um crescimento da economia mundial e uma redução no risco-país, que embasa o fluxo de capitais externos; (ii) forte crescimento da economia chinesa, que importa os produtos justamente que preponderam na pauta de exportações da economia brasileira; (iii) crescimento do preço das *commodities*, predominantes na estrutura exportadora do país. (CARCANHOLO, 2010, p.122).

Assim, com o cenário externo bastante favorável até pouco antes da crise financeira internacional de 2007/2008, os bens primários passaram a compor uma porcentagem cada vez mais expressiva das exportações brasileiras. Ou seja, “[...] em termos comparativos, a fronteira de produção do Brasil tem viés pró-mineração e pró-agropecuária [...]” (GONÇALVES, 2011, p.4)<sup>2</sup>.

Este aprofundamento da inserção subordinada da economia brasileira na divisão internacional do trabalho aumentou o grau de dependência e vulnerabilidade desta às oscilações da conjuntura internacional.

Neste movimento da política econômica nacional, vastas áreas do território brasileiro foram integradas à produção agrícola moderna (sobretudo aquelas originalmente cobertas pelos

---

<sup>2</sup> Reinaldo Gonçalves (2011), chega mesmo a falar em um viés “anti-indústria de transformação”, no entanto, não podemos tomar essa assertiva como de todo verdadeira, já que algumas frações da burguesia industrial foram sim beneficiadas pelo Estado no período (setor automobilístico, da linha branca etc.) com afirmam, por exemplo, Armando Boito Jr. (2012), Armando Boito Jr. e Tatiana Berringer (2013).

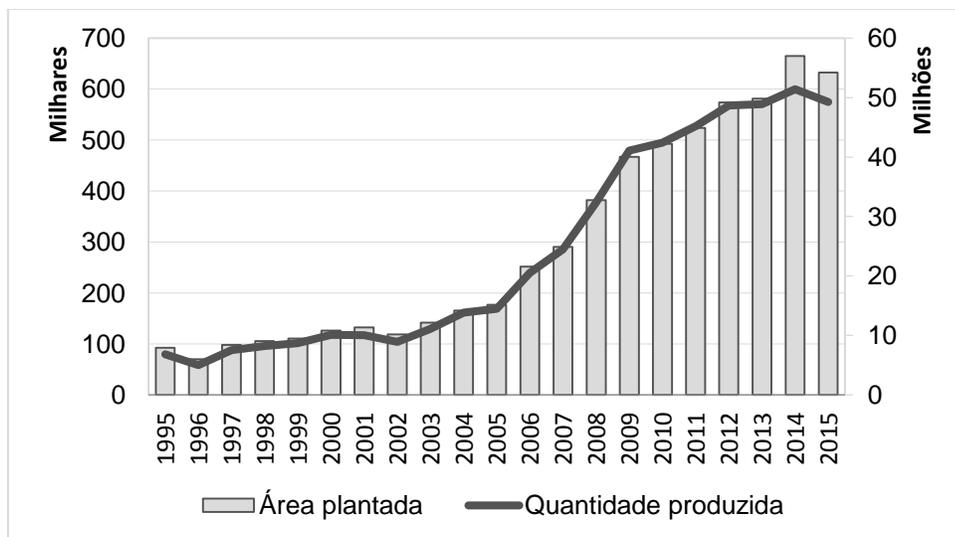
cerrados) (CASTILLO, 2015). Tal contexto contribuiu de maneira incisiva para o surgimento de novas situações geográficas (SILVEIRA, 1999), cada vez mais comandadas por lógicas externas.

Sob o discurso da sustentabilidade, parte da burguesia interna ligada ao agronegócio passou a apostar na ampliação do mercado externo para o etanol. Nesse sentido, Stacciarini e Pereira (2015, p.3535), afirmam que

A nova condição posta ao setor sucroenergético no Brasil, no início dos anos 2000 e como resultado direto das apostas de ampliação do mercado externo para o etanol, que passa a figurar como combustível alternativo aos derivados de petróleo, a partir dos compromissos firmados por diversos países da Europa e dos EUA no Protocolo de Quioto, visando a redução da emissão de gases do efeito estufa, cria um “ambiente favorável” à expansão da produção sucroenergética no território brasileiro e instiga novos investimentos, inclusive externos, com amplo apoio do Estado (e vultosos aportes de crédito via BNDES).

A região do Triângulo Mineiro foi, então, acionada para a expansão da produção agropecuária moderna, com destaque para a produção de cana-de-açúcar e seus derivados. Esta função foi acolhida rapidamente pela região, que se consolidou como a principal produtora de cana e derivados do estado de Minas Gerais (com 72% da cana, 78% do açúcar e 68% do etanol produzidos no estado, na safra 2015/2016). O gráfico 1 explicita o avanço da produção no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Gráfico 1 - Evolução da área plantada com cana-de-açúcar e da quantidade produzida no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba



Fonte: PAM – IBGE. Elaboração própria.

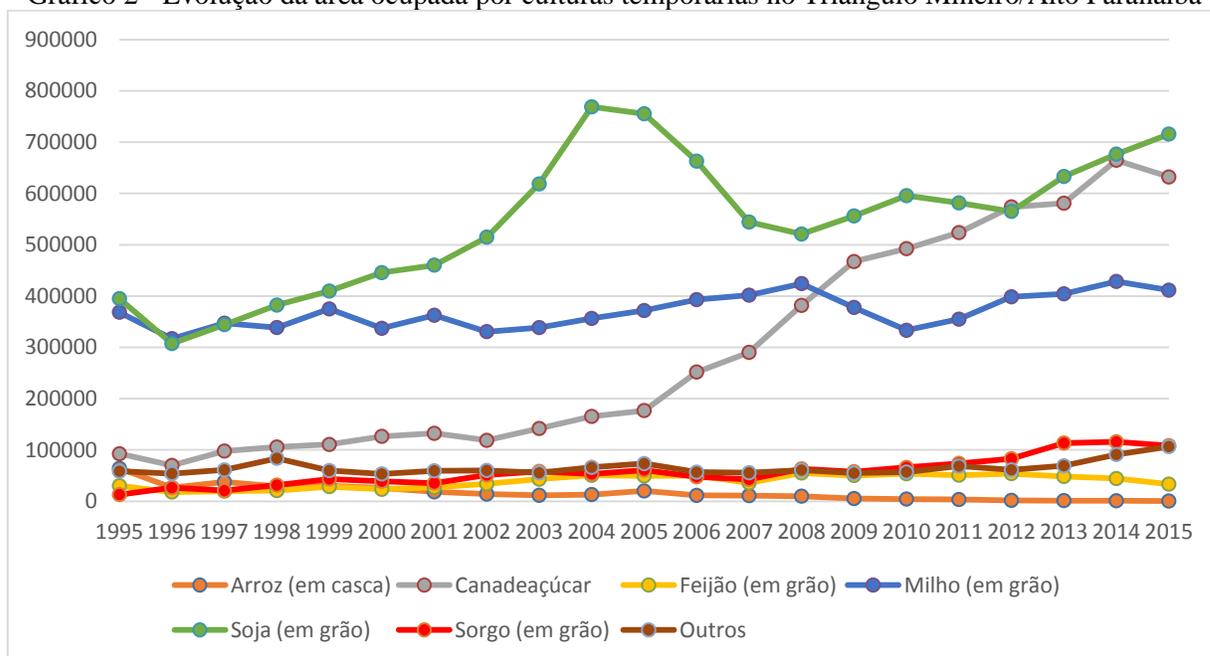
A realização desse aumento na produção contou com a mobilização de capitais provenientes de grupos majoritariamente paulistas e nordestinos (já familiarizados com a produção de cana e seus derivados), e também de grupos estrangeiros, para a implantação de novas usinas (PEREIRA, 2012).

A rápida expansão do cultivo de cana-de-açúcar se deu, principalmente, sobre áreas de pastagem, mas também sobre áreas de cultivo de soja, milho, dentre outras (CLEPS JR., 2009). O referido autor afirma que

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, se não podemos afirmar que a cana-de-açúcar está expulsando o gado o Sudeste para a Amazônia, ao menos existe uma relação entre essas duas atividades econômicas. Enquanto a área plantada de cana cresceu de forma muito significativa em áreas de expansão da cultura, como no noroeste de São Paulo e no Triângulo Mineiro, o efetivo bovino nessas regiões diminuiu. (CLEPS JR., 2009, p. 251).

É interessante notar que alguns municípios antes dedicados à pecuária e também a outros cultivos são, hoje, especializados e muito voltados ao cultivo de cana (Iturama, Carneirinho, Limeira do Oeste, Campo Florido, Santa Vitória). Isto nos leva a crer que a dinâmica socioterritorial destes municípios está nas mãos de alguns agentes que, guiados pela racionalidade hegemônica, transformam a dinâmica territorial dos lugares. Em geral, resta à maior parte da população destes municípios adequar-se às lógicas impostas pelo setor sucroenergético e aos interesses do capital fundiário, industrial e financeiro que o comandam.

Gráfico 2 - Evolução da área ocupada por culturas temporárias no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba



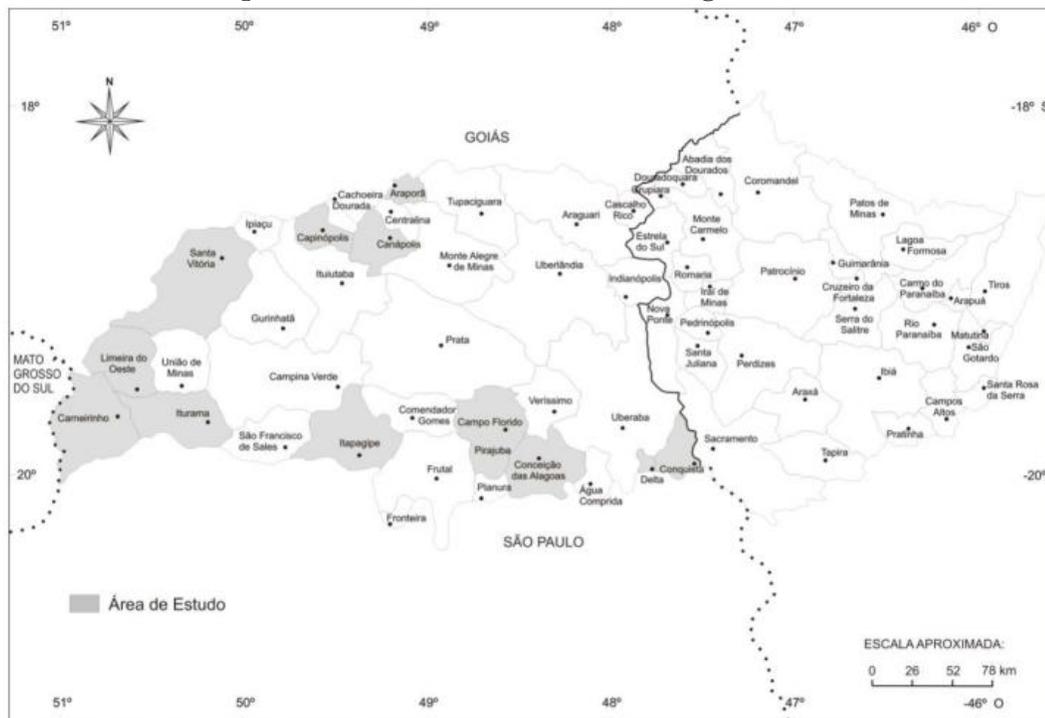
Fonte: PAM – IBGE. Elaboração própria.

Esta “nova fase da cana” no território triangulino não se materializou de maneira homogênea, mas em alguns pontos escolhidos estrategicamente pelos grupos empresariais e, não raro, com o esforço do poder político local na concretização deste intento. É assim, que os municípios de pequeno porte que recebem as usinas passam a ser muito especializados na produção de cana e seus derivados.

São expressão dessa especialização produtiva regional que visamos avaliar, os municípios de Araporã, Campo Florido, Canápolis, Capinópolis, Carneirinho, Conceição das Alagoas,

Conquista, Delta, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste, Pirajuba e Santa Vitória, cujas sedes foram denominadas por Pereira (2015; 2016) como “cidades da cana”.

**Mapa 1 - As “cidades da cana” no Triângulo Mineiro**



Base cartográfica: BRITO; LIMA, 2007. Elaboração do autor.

É possível perceber a dependência destes municípios da produção sucroenergética quando comparamos o valor total da produção agrícola e o valor da produção de cana, como ilustramos na tabela 1 e no gráfico 2.

Tabela 1 - Porcentagem de área destinada a cultura de cana sobre de lavouras temporárias do município – municípios selecionados

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<i>Araporã</i>	57,1	57,1	57,3	56,8	58,5	72,1	72,2	82,0	63,4	63,4	64,4	67,6	87,6	90,2	90,1	89,6
<i>Campo Florido</i>	2,0	2,2	15,1	16,9	25,4	28,4	42,3	40,8	43,0	50,5	49,8	49,8	51,2	50,5	59,2	61,5
<i>Canápolis</i>	72,7	71,7	67,2	71,0	63,4	62,8	69,1	80,3	73,5	83,7	81,4	81,7	75,9	66,0	65,0	33,0
<i>Capinópolis</i>	0,1	-	1,2	6,0	13,3	14,0	16,3	19,7	18,8	18,5	16,6	18,2	17,9	15,1	12,7	4,2
<i>Carneirinho</i>	11,4	7,2	11,0	9,1	7,5	7,5	12,6	88,1	85,9	91,2	91,2	91,2	92,3	92,3	96,2	96,0
<i>Conceição das Alagoas</i>	21,2	24,0	18,9	22,8	22,6	16,9	30,6	48,6	47,2	50,0	47,6	49,3	46,8	47,0	41,1	41,0
<i>Conquista</i>	40,1	36,7	28,7	12,7	23,3	26,4	38,0	42,3	54,1	53,1	52,8	49,5	47,3	42,5	44,3	45,0
<i>Delta</i>	84,0	79,1	68,5	72,9	66,3	68,7	79,5	82,1	79,8	64,0	66,8	66,9	73,0	71,9	72,6	72,5
<i>Itapagipe</i>	10,1	11,4	-	-	-	-	9,7	8,9	8,6	65,6	64,2	86,4	86,4	84,8	88,1	85,9
<i>Iturama</i>	85,0	86,3	83,3	84,8	84,9	84,9	89,6	92,6	95,6	98,1	97,5	97,5	98,3	97,8	97,7	98,5
<i>Limeira do Oeste</i>	36,8	38,6	38,7	39,1	33,4	32,5	86,3	92,5	95,7	97,0	97,0	97,0	95,5	95,5	96,8	96,4
<i>Pirajuba</i>	31,3	19,3	14,0	22,0	21,7	22,7	41,2	39,4	59,2	60,2	63,4	56,7	59,6	52,8	48,6	43,9
<i>Santa Vitória</i>	1,0	0,9	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	37,5	86,0	95,0	98,0	96,6	93,5	91,2	91,0	91,2

Fonte: IBGE-PAM, 2016. Elaboração própria.

Tal como ilustrado na tabela 1, o avanço da produção de cana nos municípios estudados ocorreu rápida e intensamente. Há mesmo casos como o do município de Delta no qual a porcentagem de área ocupada pela cana-de-açúcar ultrapassa 50% da área total do município (como ocorreu durante safras entre 1997 e 2007). Este município possui uma usina (Delta Sucroenergia), e localiza-se entre duas outras, uma em Uberaba e outra em Conquista. Como mostraremos adiante, a cana necessita ser plantada nas proximidades da unidade processadora. Portanto, segundo nossa análise, são os municípios que podem atender mais de uma usina (levando em conta apenas a questão logística), que sofrem maior especialização produtiva e impacto sobre o preço das terras.

Além disto, é evidente a centralidade assumida pela produção de cana-de-açúcar no valor da produção agrícola destes municípios desde o início do século XXI, na maioria dos casos chegando muito próximo à totalidade desta. Essa condição, faz com que o preço da terra, puxado pelo preço definido nos contratos de arrendamento para as usinas, tenda a se elevar.

O Triângulo Mineiro aparece então como uma região competitiva, já que

[...] a exacerbação da especialização regional produtiva caracteriza um tipo de região funcional aos mercados internacionais (SANTOS, 1994). Trata-se de um compartimento produtivo do espaço geográfico, cujas forças de coesão se estabelecem, teoricamente, a partir de uma combinação de competências técnicas locais com interesses políticos distantes, cuja melhor designação parece ser a de região competitiva (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 19).

Em Araporã há uma usina instalada desde 1972, quando este ainda era um distrito de Tupaciguara, controlada pelo grupo Araporã Bioenergia. É possível notar o aumento na área plantada e na quantidade produzida entre 2006 e 2008 (tabela acima).

A usina Coruripe, unidade Campo Florido, no município de mesmo nome, foi inaugurada no ano de 2002 produzindo apenas etanol e em 2004 também passou a produzir açúcar. Esta é uma das quatro usinas pertencentes ao grupo Tércio Wanderley (grupo alagoano, tradicional agente do setor, e presente na região desde 1994), no Triângulo Mineiro. O impacto da instalação da usina no município é nítido: em 2000 eram 800 hectares destinados ao plantio de cana-de-açúcar, já em 2002 eram 5.992; com uma produção de 68.000 e 479.360 toneladas, respectivamente.

Em Canápolis, a usina Triálcool pertence ao grupo alagoano João Lyra (Laginha Agroindustrial) desde 1988. O grupo também detém a usina Vale do Parnaíba, localizada em Capinópolis e incorporada em 2001. No caso de Capinópolis, a área destinada à produção de cana-de-açúcar em 2000 era de apenas 20 hectares, em 2002 foram 500 hectares e em 2004 já eram 5.500 hectares destinados a cultura. A quantidade produzida nos respectivos anos foi de: 1.400, 5.500 e 55.000 toneladas. É importante ressaltar que as usinas fazem parte, desde 2012, da massa falida da Laginha Agroindustrial (fazem parte também duas usinas em Alagoas, a Guaxuma e a Uruba). A derrocada do grupo, muito centrado na figura de João Lyra, aconteceu junto a diversos fatores, como a descoberta de trabalho análogo ao escravo em suas terras, crimes de corrupção e assassinato (RODRIGUES, 2010). Desde 2012 diversas manobras jurídicas fizeram com que as usinas não fossem vendidas pelos administradores.

No município de Carneirinho, a primeira usina foi inaugurada em 2008, com o nome de Usina Carneirinho, e em 2012 foi incorporada pelo grupo Tércio Wanderley. A área plantada com cana no município era de 500 hectares em 2006, 3.900 em 2008 e 7.000 em 2010. De 2012

para 2014 a área plantada com cana cresceu de 6.000 para 12.600 hectares (96,2% de toda a área destinada a culturas temporárias no município).

Em Conceição das Alagoas, a unidade Volta Grande, do grupo Delta Sucroenergia, foi inaugurada em 1996. A área destinada a produção de cana-de-açúcar foi de 17 hectares naquele ano, 3.400 em 1998 e 15.000 em 2000. O grupo também controla, desde 2011, a usina mais antiga da região (desde 1904 em funcionamento) no município de Conquista; e desde 2000 a unidade Delta, que leva o nome do município. A área plantada e a quantidade produzida no município de Delta caem após a incorporação pelo grupo Delta Sucroenergia, o que indica que muito provavelmente a cana processada na unidade industrial é proveniente de outro município. Este grupo surgiu da cisão do grupo Carlos Lyra, irmão de João Lyra.

Em Itapagipe, o grupo Moema inaugura uma usina no ano de 2006. No ano de 2010, com a compra do grupo Moema pela multinacional Bunge, o controle da usina muda de mãos. Em 2008 eram 484 hectares voltados a produção de cana no município, 9.000 em 2010, 16.000 em 2012.

Em Iturama está instalada mais uma unidade do grupo Tércio Wanderley, a primeira incorporada pelo grupo em Minas Gerais, no ano de 1994 (que desde 1985 operava com o nome de Destilaria Alexandre Balbo). O grupo controla ainda uma usina no município de Limeira do Oeste, inaugurada em 2005. Já em 2006 a área plantada com cana supera 86% do total destinado a culturas temporárias no município.

No município de Pirajuba, a usina Santo Ângelo foi inaugurada em 1984 pelo grupo de mesmo nome.

Em Santa Vitória, o grupo Andrade inaugurou uma unidade industrial em 2010, ano em que a área com cana-de-açúcar correspondia a 98% do total destinado a lavouras temporárias (25.867 hectares, em 2008 foram 6.200).

A especialização territorial produtiva fica muito clara quando olhamos para os números. É um novo arranjo espacial que vai se estabelecendo nesses pontos que interessam aos grupos do agronegócio.

Mas os grupos têm formas distintas de agir sobre o território (e, por vezes, os mesmos grupos usam de diferentes estratégias de controle) e se apropriar da riqueza produzida e da renda da terra, de modo que os rebatimentos sócio-espaciais também o são.

## 2. SETOR SUCROENERGÉTICO E PREÇO DAS TERRAS NO TRIÂNGULO MINEIRO A PARTIR DOS ANOS 2000

Sobre a importância de entender o uso da terra na atual fase do capitalismo, Harvey (2011, p.148), afirma que

A realização de novas geografias implica mudanças na terra e sobre ela. Os proprietários de terra têm tudo a ganhar com essas mudanças. Eles podem se beneficiar enormemente com o aumento dos valores dos terrenos, as rendas das terras crescentes e os recursos “naturais” que possuem. As rendas e os valores das propriedades crescentes dependem tanto de investimentos no lugar quanto de investimentos que mudam as relações de espaço de tal forma a agregar valor à terra, melhorando a acessibilidade. Longe de ser uma “classe residual” de aristocratas fundiários e senhores feudais, o interesse desse desenvolvedor da terra assume um papel ativo no fazer e refazer da geografia do capitalismo como um meio para aumentar sua renda e seu poder.

O poder exercido quer seja pelos donos da terra, quer seja por aqueles que a controlam para a produção (como parece ser o caso no setor sucroenergético), torna-se muito evidente quando avaliamos as especificidades produtivas, ou seja, o uso agrícola da terra para a produção da cana-de-açúcar. O circuito espacial produtivo sucroenergético guarda certas características intrínsecas (CASTILLO, 2015) que permitem reconhecermos vínculos específicos com a valorização da terra. Dentre as cinco destacadas por Castillo (2015)<sup>3</sup>, duas dessas características estão diretamente relacionadas ao nosso objeto: as *restrições ao armazenamento da cana-de-açúcar* e o *ciclo vegetativo-econômico da cana-de-açúcar*. A primeira decorre do fato da cana-de-açúcar não poder ser armazenada, pois começa a se degradar assim que colhida e, deste modo, precisa ser imediatamente processada. Tal característica implica na necessidade da usina estar localizada nas proximidades das áreas de cultivo, implicando na valorização imediata do preço das terras do entorno das usinas (40 km aproximadamente) (idem). A segunda característica decorre da condição de semiperenidade, com progressiva queda na produtividade a cada rebrota.

---

<sup>3</sup> 1) restrições à estocagem da matéria-prima; 2) ciclo vegetativo-econômico da cana-de-açúcar; 3) flexibilidade produtiva das usinas/destilarias; 4) cogeração de energia elétrica; 5) queima da palha da cana-de-açúcar para a colheita manual.

Isso faz com que para manter um rendimento médio elevado seja necessário um “[...] equilíbrio entre áreas em reforma (em período de manejo do solo e preparação para o replantio), áreas de cana-planta (recém-replantadas e prontas para o primeiro corte, quando, em geral, se atinge o maior nível de rendimento), áreas de cana-soca ou segunda folha e áreas de ressoca ou folha de enésima ordem” (CASTILLO, 2015, p.99).

Estas características intrínsecas apontadas por R. Castillo, estão intimamente ligadas à “renda diferencial I”, explicada por Karl Marx (2017). Mais especificamente, a dimensão de localização da renda diferencial I parece ter maior peso sobre a renda que a da fertilidade natural do solo, no caso do setor sucroenergético, ainda que a qualidade dos solos seja um elemento também central e observado quando da instalação das usinas. Ademais, há casos excepcionais no Triângulo Mineiro, em que terras muito mais produtivas que a média (produzindo mais de 100 toneladas por hectare), induzem a expansão de plantios à até 90 quilômetros da usina, tal como constatado em trabalho de campo.

Nesse sentido, Harvey (2013, p.498) afirma que

Os produtores em localizações mais favorecidas (“mais favorecidas”, nesse caso, diz respeito a custos de transporte mais baixos) podem ganhar um excedente de lucro. Esse excesso de lucro, como as diferenças na fertilidade natural, deve ser encarado num primeiro momento como permanentemente fixo em comparação com a forma transitória usual do mais-valor relativo associada à vantagem tecnológica efêmera. Por isso aqueles que possuem terra em locais favorecidos podem converter os excessos de lucros em renda fundiária sem afetar a taxa de lucro média.

Esses fatores também são explicitados por Behaine (2012), com base na resposta de doze grupos empresariais atuantes em Minas Gerais sobre os critérios que pautaram a escolha pela região e pelo município de instalação de suas usinas. Conforme o autor, os três critérios que têm maior peso, em ordem de importância, na escolha da região para instalação de uma ou mais usinas são: Custo de transporte da matéria prima, custo da terra na região e proximidade das matérias primas. Já para a escolha do município, são eles: aptidão do solo para o cultivo de cana-de-açúcar, área de proteção ambiental e área de preservação ambiental. Isto demonstra aquilo que já apontávamos: a proximidade da matéria prima (que influencia diretamente no custo transporte)

é crucial para a manutenção do lucro do setor sucroenergético, o que implica em aumento no preço das terras nos municípios que recebem ou estão próximos às usinas.

Além do mais, as operações que envolvem corte, transporte e transbordo (o chamado CTT) compreendem pelo menos 40% do custo da produção de cana-de-açúcar, indicando, mais uma vez, o peso do fator distância nos ganhos dos grupos envolvidos com a produção.

A forma de atuação dos grupos empresariais sobre as terras da região é estratégica (moldada pela noção de competitividade) e leva em condição, entre outros fatores, o preço das terras. De acordo com o trabalho de Perez, Silva Júnior e Viana (2011), a cana-de-açúcar processada pelas empresas do setor sucroenergético localizadas no Triângulo Mineiro tem três origens distintas segundo a organização, controle e gestão da produção e propriedade da terra: 1) 15% produção própria em áreas próprias; 2) 42% produção própria em áreas arrendadas; 3) 43% produção terceirizada.

O que se extrai daí, é que, no Triângulo Mineiro, pelo fato da região já estar inserida na produção agrícola moderna – ou seja, estar situada no interior do espaço econômico de antiga ocupação (DELGADO, 2012, p.51) -, e com a terra de algum modo já valorizada, a compra por parte das usinas, desde o início dos anos 2000, já não se mostra vantajosa a parte significativa dos grupos, ao menos num primeiro momento.

De qualquer maneira, o controle das áreas circundantes (no raio de 40 a 50 Km em média), não pode escapar às empresas produtoras de açúcar e etanol, pelas características próprias do setor expostas acima. Dada essa necessidade e devido à rigidez locacional, o preço das terras dentro do polígono de atuação das usinas sucroenergéticas é, geralmente, afetado (CASTILLO, 2015).

Podemos afirmar que, em geral, o que ocorre é uma tendência à combinação nas formas de se obter a cana-de-açúcar de acordo com a estratégia do grupo investidor e da estrutura fundiária e grau de capitalização dos proprietários de terra nos respectivos municípios. No entanto, o modelo tradicional ainda é empregado.

Dois casos nos ajudam a elucidar a questão: um é o das ações do Grupo João Lyra (Laginha Agroindustrial) e o outro das do grupo Tércio Wanderley (Usinas Coruripe), no Triângulo Mineiro.

O primeiro, que tem como estratégia a apropriação da mais-valia da força de trabalho que explora e também da renda fundiária. Em Monte Alegre de Minas, Ituitaba, Canápolis (onde fica a usina Triálcool) e Capinópolis (onde fica a usina Vale do Paranaíba) o grupo João Lyra detém pouco mais de 11.135 hectares, cotados em mais de 180 milhões de reais (VALOR ENGENHARIA, 2014, 2014a). Além disso, Costa (2012), a partir de dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), mostra que em 2003 João Lyra detinha terras também em outros municípios do Triângulo Mineiro, como Água Comprida, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta e Uberaba, onde operam usinas que antes pertenciam ao grupo Carlos Lyra, que levava o nome e era dirigido por seu irmão.

Essa forma concatenada de apropriação da riqueza fora, aliás, bastante comum no Brasil, é aclarada por Marighella desde meados do século XX (1958, s.p.)

O fato de o usineiro ser um empresário agrícola assalariando o braço trabalhador indica que, além do lucro que ele tira do trabalho dos operários da usina, obtém uma renda proveniente do maior ou menor rendimento que o trabalhador agrícola obtém nas terras da usina com o plantio da cana. Esta é a renda diferencial. Mas, como proprietário da terra monopolizada por ele, o usineiro ainda se apropria de uma parte da mais-valia excedente do lucro médio. É a renda absoluta. Tudo isso deve ser somado à renda pré-capitalista absorvida com a exploração de outros tipos rurais que emprega, como no caso do colono da cana.

Esse é o modelo tradicional, caracterizado por uma estrutura agroindustrial verticalizada (REYDON; POSTAL, 2016), em que ocorre a territorialização dos monopólios, na qual

[...] o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial é mesma pessoa física ou jurídica. Portanto, não há a junção de duas classes sociais distintas, proprietário da terra e capitalista, em uma só, como pensam muitos intelectuais. Aliás, é por isso que o trabalho análogo à escravidão não desaparece no campo brasileiro, ele é um traço da condição de proprietário capitalista da terra no país (OLIVEIRA, 2016, p.127).

No ano de 2010, em Capinópolis, a Laginha Agroindustrial, empresa do grupo João Lyra, foi autuada por manter 207 trabalhadores em condições análogas à de escravidão. Em trabalho de

campo<sup>4</sup>, nos foi relatado pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capinópolis que práticas como oferecer prêmios (uma motocicleta, por exemplo) ao fim do ano para o trabalhador que colhesse a maior quantidade de cana, eram comuns<sup>5</sup>. O objetivo desse tipo de mecanismo é aumentar a taxa de extração da mais-valia absoluta, através do pagamento por produção (tonelada de cana)<sup>6</sup>, o que corresponde ao salário por peça (Marx, [1867] 2013).

Dado o salário por peça, é natural que o interesse pessoal do trabalhador seja o de empregar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista a elevação do grau normal de intensidade. É igualmente do interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois assim aumenta seu salário diário ou semanal (MARX, 2013, p.624-625).

O segundo caso, o do grupo Tércio Wanderley, é bastante diferente. Em Campo Florido, por exemplo, toda a cana processada na usina Coruripe é proveniente de parceria (57.000 hectares, plantados no próprio município, mas também em outros, como Pirajuba, Frutal e Comendador Gomes, segundo entrevista com representante da Canacampo). Em 2016, a usina tinha terras no município, uma área de 14.000 hectares, que eram arrendados aos produtores, segundo entrevista. Já em Iturama, onde o grupo tem outra usina, 70% da cana processada vinha de terras próprias, no ano de 2016, segundo nos foi informado em trabalho de campo.

Reydon e Postal (2016) afirmam que com a expansão recente da produção da cana-de-açúcar e seus derivados, o modelo de acesso à cana também se alterou. Em tal modelo, a imobilização de capitais na compra de terras não é interessante. Os autores, chamam este modelo de “novo entrante” ou diversidade de acesso à cana.

---

<sup>4</sup> Trabalho de campo realizado do dia 25 ao dia 30 de julho de 2016, com pesquisadores da Reagri (*Rede de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas*). Neste trabalho, tivemos a oportunidade de entrevistar representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Uberaba; da empresa Logum (logística de etanol) também em Uberaba; da Canacampo (entidade que congrega 56 fornecedores de cana e 200 arrendatários) em Campo Florido, da usina Coruripe em Campo Florido; da SIAMIG (Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais); da Prefeitura de Canápolis, Capinópolis e Uberaba; do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Capinópolis; das usinas Vale do Tijuco (Uberaba) e Delta Sucroenergia em Delta.

<sup>5</sup> Ainda assim, um entrevistado, representante dos usineiros, afirmou que há uma “cultura fiscalista” no Triângulo Mineiro, que impede relações mais “livres” entre capital e trabalho, impedindo assim maior crescimento.

<sup>6</sup> Segundo nos foi relatado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em Capinópolis, os trabalhadores mais produtivos chegavam a cortar entre 40 e 50 toneladas de cana por dia, recebendo R\$ 3,50 por tonelada.

No entanto, para classificar o acesso à cana pelas usinas Coruripe, controladas pelo grupo Tércio Wanderley desde a década de 1940, utilizaremos o termo “flexível”, por entender que é mais abrangente que aquele utilizado pelos autores supracitados.

São os grandes latifundiários que tirarão maior proveito desta estrutura ao praticar o arrendamento de terras ou mesmo o fornecimento de cana às usinas. Há, portanto, o risco da dependência econômica e da concentração de terras que advém daí. Nesse sentido, Cleps Jr. (2009, p.255), afirma que

A terceirização dos plantios é um processo que pode contribuir para a intensificação da concentração das terras nas mãos dos grandes latifundiários. No Brasil, há muitos exemplos de fazendeiros anteriormente dedicados à agropecuária que se tornaram canavieiros ou venderam suas terras para grandes produtores de cana, contribuindo para a ampliação da concentração fundiária, e desencadeando um novo processo de expulsão de moradores associado, também, ao fim dos acordos de arrendamento.

Nosso estudo identificou, a partir das entrevistas, que grupos de fornecedores (como é o caso de Campo Florido), administração pública e sindicatos creem que este modelo favorece a distribuição de renda no âmbito local, mesmo Reydon e Postal (2016) afirmam isso. Entendemos, no entanto, que distribuição de renda é uma ação que deve ser pensada socialmente e praticada de modo muito mais abrangente do que compreendida de modo restrito à repartição de lucros entre classes detentoras de meios de produção. Sobretudo, se entendermos, como Harvey (2013), que a terra é uma forma de capital fictício<sup>7</sup> e seu mercado um ramo particular do capital que rende juros.

---

<sup>7</sup> “Marx chama de capital fictício tudo aquilo que não é, nunca foi, nem será capital, mas que funciona como tal. Trata-se, em geral, de títulos de propriedade sobre direitos, direitos de valorização futura no caso das ações, de renda de juros a partir de valorização futura, no caso de títulos de dívida privados, e de recursos oriundos de tributação futura, no caso de títulos públicos. Em todos esses casos, a valorização verdadeira dessa riqueza fictícia depende da efetivação de processos de valorização produtiva e extração de mais-valia; em outras palavras, da contínua produção de excedente e da alocação de parte desse excedente para valorizar o capital fictício” (PAULANI, 2009, p.5).

Qualquer fluxo de renda (como uma renda anual) pode ser considerado como o juro sobre algum capital fictício, imaginário. Para o comprador, a renda aparece em sua contabilidade como o juro sobre o dinheiro investido na aquisição da terra, e em princípio não é diferente de investimentos semelhantes na dívida do governo, nas ações e nas quotas das empresas, na dívida do consumidor e assim por diante. O dinheiro investido é, em todos os casos, capital que rende juros. A terra se torna uma forma de capital fictício e o mercado imobiliário funciona simplesmente como um ramo particular – embora com algumas características especiais – da circulação do capital que rende juros. Nessas condições, a terra é tratada como um simples bem financeiro que é comprado e vendido segundo a renda que ele produz. Como todas essas formas de capital fictício, o que é negociado é um direito sobre as receitas futuras, o que significa um direito sobre os lucros futuros do uso da terra ou, mais diretamente, um direito sobre o trabalho futuro (HARVEY, 2013, p.507-508).

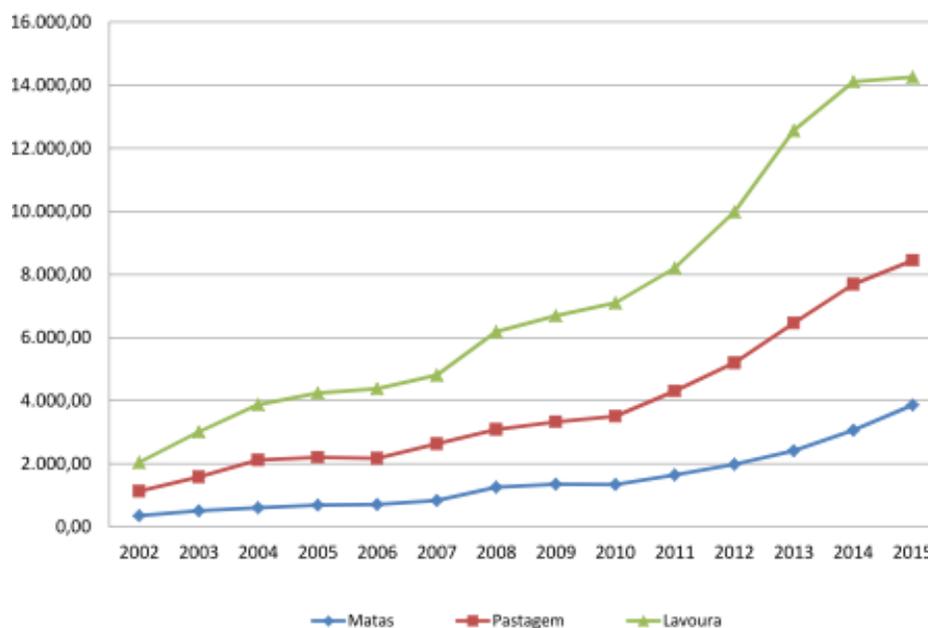
A distinção desses dois tipos de acesso à cana (o tradicional e o flexível) não tem importância em si, mas pelo fato de terem rebatimentos diferentes sobre o território.

A valorização recente das terras no estado de Minas Gerais já vem sendo apontada por alguns estudos (GASQUES; BASTOS, 2008; FAEMG, 2013), com reajustes de alta de mais de 20% em um único ano em alguns municípios (FRANCO, 2011). A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - FAEMG (2013), afirma que de 2002 a 2012 o IPT-MG (Índice de Preços de Terras)<sup>8</sup> acumulou valorização de 530% (gráfico abaixo).

---

<sup>8</sup> O IPT-MG é elaborado a partir do preço de terras publicado no Anuário da Agricultura Brasileira - Agriannual, do Instituto FNP. Este índice calcula a variação do preço das terras ao longo de determinado período, levando em consideração a utilização destas terras (mata, pastagem e lavoura).

Gráfico 3 - Média de preços de terras por tipo de uso (R\$/hectare) em Minas Gerais



Fonte: Reproduzido de IPT-MG FAEMG, 2016.

O mesmo estudo mostra ainda que no Alto Paranaíba a valorização no período (2002 a 2012) foi de 310% e no Triângulo Mineiro de 290%, ficando atrás apenas, em termos de valorização, da região do Vale do Rio Doce, que teve expressivos 670% de aumento.

Dados da FAEMG demonstram que, no ano 2013, a elevação foi considerável: as terras do Alto Paranaíba foram as mais valorizadas do estado, custando, em média R\$ 20,291 mil por hectare, 13,97% a mais que no ano anterior, quando o preço médio era de R\$ 17,8 mil/ha. No Triângulo Mineiro a alta foi de 20,1% no mesmo ano, com o preço médio do hectare avaliado em R\$ 16,404 mil (FAEMG, 2014 apud Portal do Economista, 2014). No mesmo ano o aumento do preço médio da terra no país foi de 14,9%. O ganho real da terra (descontada a inflação de 5,52% apurada pelo IGP-DI) na região foi de 13,82%, superando, por exemplo, o ganho obtido nas aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) que foi de 8,02% e também do dólar, que foi de 9,18%.

À medida que as usinas se instalam ou confirmam que irão se instalar em determinada localidade, pelas características e exigências da cultura da cana, o preço das terras parece responder com acentuado aumento. Por isso, alguns grupos adiam tanto quanto seja possível a

divulgação da localização exata de uma nova unidade (JORNAL CANA, 2003). Campos (2014, p.157-158), ilustra esse aumento: “[...] em Campo Florido no ano de 2007 relatou-se uma valorização de terras entre 60% e 70%, desde a instalação da usina Coruripe, situação também observada em Iturama e Limeira do Oeste”.

Apresentamos, na sequência, aqueles dados que conseguimos recolher e sistematizar. A tabela 5 traz a média de preço de terras para lavoura, entre os anos de 2010 e 2014, segundo a metodologia antiga, o formulário da Fundação Getúlio Vargas, que apresentava: média salarial de trabalhadores rurais e preço médio das terras. Já a tabela 6, apresenta o preço médio das terras segundo qualidade, a partir da nova metodologia estabelecida pela Instrução Normativa da Receita Federal (IN RFB nº1562 de 2015) que padroniza e estabelece os critérios para a avaliação e divulgação do preço da terra nua pelos municípios, vinculando-o a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).<sup>9</sup> O gráfico 3 têm como fonte o já citado Agriannual (do ano de 2003 ao ano de 2013).

Tabela 2 - Média de preços de terras para lavoura (R\$/hectare) – municípios selecionados (MG)

	2010	2011	2012	2013	2014
Araporã	8.000	-	-	-	16.500
Campo Florido	8.000	10.000	13.000	14.000	14.000
Canápolis	8.000	10.000	-	10.000	15.000
Capinópolis	9.500	-	-	14.000	14.000
Carneirinho	7.600	7.600	7.600	12.300	12.300
Conceição das Alagoas	9.000	9.000	10.000	12.000	14.000
Conquista	12.396	14.462	20.661	24.793	15.596
Delta	5.475	6.500	13.500	14.500	14.500
Itapagipe	9.200	8.600	9.100	9.500	13.000
Iturama	6.200	7.200	10.300	10.300	12.300

<sup>9</sup> De acordo com a EMATER-MG o “Relatório Valor Terra Nua é um informativo de preços médios de terras nuas coletados anualmente em cada município, através de uma Comissão Municipal constituída com esta finalidade. São informados preços para todos os municípios conveniados com a EMATER-MG. A Comissão Municipal é constituída por técnicos da EMATER-MG, Sindicatos Rurais, Prefeitura Municipal, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), Cooperativas, Representantes de Associações Comunitárias, Corretores de Imóveis, Imobiliárias, Lideranças Locais, Produtores Rurais, entre outros. Os Valores de Terra Nua (VTN) variam em função de diversos fatores como: localização do imóvel, facilidade de acesso, tamanho da propriedade, topografia, fertilidade, disponibilidade de água, pedregosidade, aptidão agrícola, outros usos alternativos, mercado imobiliário, etc. Para cálculo do VTN é considerado o valor venal do imóvel e são subtraídos os valores de benfeitorias, culturas permanentes e investimentos necessários à produção como destoca, limpeza, correção da acidez e da fertilidade” (EMATER, *site*).

Limeira do Oeste	4.864	4.864	4.864	8.200	6.211
Pirajuba	11.400	11.400	12.400	15.000	15.000
Santa Vitória	7.000	7.200	8.000	8.500	8.500

Fonte: IPT-MG, EMATER, FAEMG, 2015 e 2016. Elaboração própria.

Tabela 3 - Média de preços de terras por tipo de uso (R\$/hectare) – municípios selecionados (MG)

	<i>Lavoura aptidão boa</i>		<i>Lavoura aptidão restrita</i>		<i>Pastagem plantada</i>		<i>Silvicultura ou pastagem natural</i>		<i>Preservação da Fauna ou Flora</i>	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Araporã	19.500	21.000	10.000	10.000	15.000	15.000	12.000	12.000	12.000	12.000
Campo Florido	20.000	10.300	-	10.000	-	10.300	-	10.300	-	10.300
Canápolis	20.000	20.000	10.000	10.000	20.000	12.000	12.000	8.000	12.000	6.000
Capinópolis	5.600	5.600	-	-	3.750	3.750	-	-	1.800	1.800
Carneirinho	14.000	14.000	10.000	10.000	14.000	14.000	12.500	12.500	10.000	10.000
Conceição das Alagoas	10.500	10.500	8.250	8.500	9.000	9.000	9.000	8.500	8.000	8.000
Conquista	10.000	10.000	3.000	3.500	6.000	6.000	3.000	3.500	3.000	3.000
Delta	16.000	16.000	14.000	14.000	12.000	12.000	3.500	3.500	2.000	2.000
Itapagipe	15.000	15.000	14.000	14.000	14.500	14.500	14.000	14.000	13.000	13.000
Iturama	12.000	13.400	8.300	10.300	12.000	11.300	9.300	10.300	8.300	10.300
Limeira do Oeste	6.605	7.328	5.600	5.936	5.300	5.342	5.000	4.808	4.500	4.327
Pirajuba	12.400	14.000	12.400	14.000	12.400	14.000	-	14.000	-	10.000
Santa Vitória	7.320	7.320	4.870	4.870	6.100	6.100	5.800	5.800	3.300	3.300

Fonte: IPT-MG, EMATER, FAEMG, 2015 e 2016. Elaboração própria

Aqui, parece-nos interessante, ainda que os dados de preços de terras não compreendam o período em que houve maior alta, cotejá-los com a expansão que a cana teve em alguns municípios.

O caso de Araporã, nos ajuda nesse sentido. O município tinha em 2010 7.500 hectares com cana-de-açúcar, ao passo que em 2014 eram 11.274, correspondendo, respectivamente a 64,4% e 90,1% da área total destinada a lavouras temporárias. Nesse município, o preço médio da terra para lavoura mais que dobrou nesse curto período, passando de R\$ 8.000,00 em 2010, para R\$ 16.500,00 em 2014, como mostra a tabela 6. O valor da produção de cana de açúcar vai de R\$ 18 milhões em 2010, para quase R\$ 43 milhões em 2014, neste município.

Há também casos como o de Itapagige, em que a área plantada com cana era de 9.000 hectares e passou para 18.40 hectares em 2014, uma expansão mais acentuada que no município de Araporã, mas que não resultou em aumento tão expressivo do preço da terra como naquele município. De 9.200 para 13.000 reais.

Em Delta a área plantada com cana em 2010 era de 3.000 hectares, e em 2014 era 4.100. No entanto, o preço da terra para lavoura no município sai de 5.475 reais em 2010, para 14.500 reais em 2014, uma alta 165%.

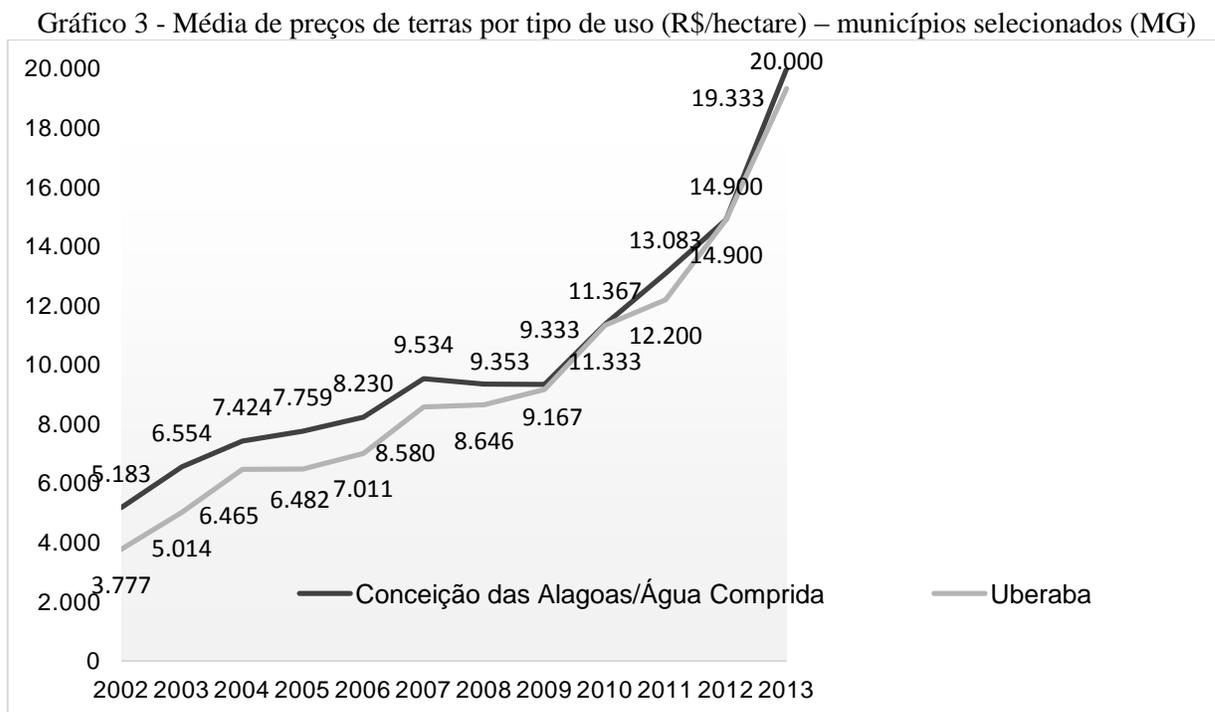
Há mesmo casos como o de Conceição das Alagoas, que tem pequena queda na área plantada com cana de 2010 para 2014, respectivamente 40.000 e 38.000 hectares, mas que, no entanto, tem o preço das terras destinadas à lavoura elevado de 9.000 reais, em 2010, para 14.000 reais em 2014.

Ainda que este não seja o único fator a ser levado em conta (discorreremos a seguir sobre alguns dos fatores conjunturais), é perceptível o aumento do preço das terras nos três municípios avaliados a partir do momento em que o cultivo da cana se expande. Em Uberaba, por exemplo, entre 2010 (ano em que começa a funcionar a usina) e 2013 o preço do Cerrado Agrícola teve aumento de 112%, o da Pastagem Formada aumentou 65% e da Terra Agrícola com cana-de-açúcar 71%.

As terras com cana-de-açúcar entre os municípios de Conceição das Alagoas, Água Comprida e Uberaba (todos localizados na microrregião de Uberaba), por exemplo, apresentam contínua valorização desde 2000, processo este que se acentua sobretudo a partir do ano de 2009. Há deste modo, uma expressiva valorização de terras no Triângulo Mineiro nas duas últimas décadas e a atuação do setor sucroenergético (com expansão dos cultivos na região), nos parece elemento fundamental para entendermos tal valorização.

Segundo consta no laudo de avaliação da usina Triácool feito pela empresa Valor Engenharia (2014), o preço do hectare das terras que são propriedade do grupo João Lyra é de R\$ 17.050. Preço dentro daquilo estimado pela EMATER em 2015 no município de Canápolis. Em entrevista no ano de 2016 representantes do governo municipal nos informaram que o preço da terra subiu em média 30% ao ano, até 2009, e que atualmente o preço médio da terra agrícola variava entre R\$ 80.000 e R\$ 110.000 por alqueire (R\$ 16.520 a R\$ 22.727 por hectare). Já em Capinópolis a mesma empresa avaliou o preço médio das terras do grupo em R\$ 24.640 o

hectare, bastante distante dos R\$ 5.600 reais estimados pela EMATER para o município, também no ano de 2015.



Fonte: Agriannual – FNP (2003-2014). Org. do autor.  
(Dados de Conceição das Alagoas/Água Comprida apresentados agrupados).

São vários os outros elementos conjunturais que compõem a situação de valorização das terras no Brasil neste início de século, o que, certamente, influencia os preços também no Triângulo Mineiro. A partir de 2007/2008 cresce a demanda de *commodities* no mercado, sobretudo pela China, Índia e Rússia. Com isso, há uma redução dos estoques a nível mundial, o que resulta na alta dos preços das *commodities*, e conseqüentemente, impacta de maneira expressiva no preço das terras. Também em 2008 a crise financeira mundial começa a se espalhar pelo mundo, tendo como origem a chamada bolha imobiliária nos EUA. Neste momento (2007/2008), o processo de reprimarização da pauta exportadora alcança o seu ápice no Brasil (DELGADO, 2012; CARCANHOLO, 2010). Em números: 38,26% do total de exportações do país em 2008 resultou de gêneros primários, enquanto em 2000 representava 23,86% (CARCANHOLO, 2010).

Com a crise financeira mundial o volume de crédito oferecido pelo Estado às empresas do setor sucroenergético é reduzido. Com isso, se aprofundou a reorganização dos capitais (quanto à origem e, por conseguinte, ao controle) investidos no setor sucroenergético. Isto quer dizer que, em busca de altos ganhos, grupos estrangeiros passam a investir com mais intensidade na produção de derivados de cana no Brasil, e o Triângulo Mineiro é acionado, e hoje figura como um dos espaços mais competitivos para o setor. Mais uma vez, e em função da crise, as terras conhecem elevação nos preços. É justamente a partir de 2007/2008 que os preços das terras em Minas Gerais (mata, pastagem e lavoura) conhecem significativo aumento de preços (vide Gráfico 6), como aconteceu em nível nacional<sup>10</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemo-nos analisar o impacto que o setor sucroenergético tem sobre o preço das terras no Triângulo Mineiro, e dada a dificuldade de “cercar” nosso objeto, devido à quantidade e complexidade com que se imbricam os fatores que influenciam o mercado e o preço das terras, nossas considerações carecem de maior precisão teórica e metodológica. Ainda assim, pontuamos o que nos pareceu bastante claro: a localização (geográfica) se mostra ainda muito importante à apropriação da riqueza nos empreendimentos agrícolas modernos.

Portanto, dentre as implicações territoriais resultantes do acionamento da região do Triângulo Mineiro pelo setor sucroenergético, acolhendo de forma mais expressiva a função de produtor de derivados da cana-de-açúcar a partir dos 2000, a alta no preço das terras que mais interessam as usinas parece ser das mais significativas. A alta do preço destas terras, como demonstramos, está relacionada a conjuntura global de valorização dos biocombustíveis, ao papel assumido pelo Brasil na divisão internacional do trabalho como grande produtor de etanol, à produção dos veículos *flex fuel*, e também à crise financeira mundial.

Os agentes hegemônicos escolhem os pontos que os interessam no espaço, pautados na técnica e na informação que dispõem. Uma vez escolhidos estes pontos, é a estratégia dos grupos que passa então a comandar estes lugares. Os rebatimentos são distintos, como distintas são as

---

<sup>10</sup> Esse movimento é explicado por Inácio Rangel (2005 [1979], p.112, grifos do autor): “[...] o preço da terra será *uma função inversa* da taxa de lucro. Se esta cai - e ocorre que ela cai, ciclicamente, nos períodos de baixa conjuntura - o preço da terra, dada a renda, deverá elevar-se”.

estratégias e a “forma de fazer” dos grupos, ou mesmo estes, atuam de forma diferenciada nos municípios que se colocam. São exemplos dessa distinção da forma de apropriação da riqueza e dos respectivos rebatimentos sobre o território: de um lado as usinas do grupo João Lyra, em Canápolis e Capinópolis, em que parte considerável da terra em que era produzida a cana para as usinas do grupo, também os pertencia (apropriação também da renda da terra). Além disso, a colheita era manual (na qual a apropriação da mais-valia é mais fragmentada e baseada na sua dimensão absoluta), e os trabalhadores eram, em parte, imigrantes vindos da região Nordeste. Por outro lado a unidade Campo Florido das usinas Coruripe, tem 100% da cana produzida em terras de terceiros (aliança entre os donos de terra e o capital empresarial) e quase a totalidade da plantação é mecanizada.

Em alguns municípios do Triângulo Mineiro, a ocupação recente de vastas áreas com cana-de-açúcar implica, por vezes, na inviabilização de atividades tradicionais, como é o caso da pecuária e mesmo de outros cultivos. Como o arrendamento para o plantio de cana figura como atividade com maior remuneração, a criação de gado bovino torna-se, em alguns casos, residual. Para além desta implicação, vale destacar que a valorização da terra implica na impossibilidade de efetivação de projetos de reforma agrária (superando o limite de preço para a desapropriação e aquisição de terras pelo INCRA).

Nenhum dos agentes que dirigem ou têm poder de decisão sobre os fatores citados levam em conta a dinâmica própria dos lugares. Por isso, além da vulnerabilidade e de uma condição de especialização territorial extrema, criando vínculos e dependência à municípios muito sujeitos ao aumento do preço da terra, camponeses são forçados a saírem da área de interesse dos usineiros, enquanto aumenta a concentração das terras e o ganho sobre elas por latifundiários.

A dependência econômica da cultura da cana no campo e de seu processamento na cidade, faz com esses municípios acabem se tornando “reféns” da cana (em Canápolis, 60% do ICMS era proveniente das atividades da usina). Em municípios em que houve a falência da usina, como é o caso de Canápolis e Capinópolis, apesar de todas as mazelas sociais, econômicas e territoriais, parece haver unanimidade entre classes, e frações destas, quanto a saída para a situação, qual seja: que outro grupo assumira os passivos e volte a produzir (como diversas vezes nos foi relatado em trabalho de campo nos referidos municípios). Nesses casos emblemáticos, uma psicofera (SANTOS, 1996) pautada naquilo que figura como “modernizante” quase imobiliza o lugar: a

exploração do trabalho e da natureza são secundarizadas por parte significativa da população (nas diferentes classes sociais), como o são a fragmentação ou mesmo destruição das heranças (materiais e imateriais) que a produção da cana traz consigo. A compra dos passivos por outro grupo e a reativação da usina parecem ser a única saída possível.

Desta forma, o controle das terras pelos grupos empresariais concretiza e reafirma a perversidade das ações do setor sucroenergético no Triângulo Mineiro e o impacto sobre o preço das terras traz ainda mais concentração fundiária e do capital.

## REFERÊNCIAS

AGRIANUAL: anuário da agricultura brasileira. São Paulo: FNP Consultoria & Agroinformativos, 2000-2015.

BEHAINE, J. J. S. **Análise dos fatores condicionantes da decisão de implantação de usina sucroalcooleiras no estado de Minas Gerais**. 2012. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

BOITO JR., A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/16866>>. Acesso em 1 ago. 2017.

BOITO JR., A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-38, set. 2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Mercados de terras no Brasil: estrutura e dinâmica**. REYDON, B. P; CORNÉLIO, F. C. M (orgs.). Brasília : NEAD, 2006.

CARCANHOLO, M. D. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: MAGALHÃES, J. P. A. et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 109-131.

CAMELINI, J. H. **Regiões competitivas do etanol e vulnerabilidade territorial no Brasil: o caso emblemático de Quirinópolis, GO**. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

CAMPOS, N. L. **Redes do agronegócio canavieiro: a territorialização do grupo Tércio Wanderley no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba-MG**. 2014. 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

CASTILLO, R. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional para o bioma Cerrado. **GEOgraphia**, Niterói, v.17, n. 35, p. 95-119, 2015.

CLEPS JR., J. Concentração de poder no Agronegócio e (des)territorialização: os impactos da expansão recente do capital sucroalcooleiro no Triângulo Mineiro. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, n. 31, v. 10, set. 2009.

COSTA, S. H. G. **A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no congresso nacional**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**, UFRGS, 2012.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. **Terras em Minas estão Valorizadas**. 14/03/2013. Disponível em: <[http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=terras\\_em\\_minas\\_estao\\_valorizadas&id=10409](http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=terras_em_minas_estao_valorizadas&id=10409)>. Acesso em: 13 ago. 2015.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FAEMG. **Índice de Preços de Terra em Minas Gerais – IPT-MG**. 2013. Disponível em: <<http://www.faemg.org.br/Conteudo.aspx?Code=300&fileDownload=True&Portal=2&ParentCode=69>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

FRANCO, L. Alta dos preços agrícolas aquece negócios com terras no país. **Revista Globo Rural**. 31/03/2011. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

FREDERICO, S. Economia política do território e as Forças de dispersão e concentração no agronegócio brasileiro. **GEOgraphia**, Niterói, v. 17, n. 35, p. 681-94. Dossiê 1, 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Área arrendada para a cana deve cair em 2015, diz entidade**. 25/12/2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2014/12/1566963-area-arrendada-para-a-cana-deve-cair-em-2015-diz-entidade.shtml>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

GASQUES, J. G. Terra - Preços no Brasil. **Agroanalysis – FGV**. Abril 2008. Disponível em: <<http://www.agroanalysis.com.br/4/2008/mercado-negocios/terra-precos-no-brasil>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

GOMES, R. M.; CLEPS JUNIOR, J. Transformações no Mundo Rural e a Reforma Agrária em Minas Gerais: os movimentos socioterritoriais e a organização camponesa no Triângulo Mineiro. In: FEITOSA, A. M. A.; ZUBA, J. A. G.; CLEPS JUNIOR, J. (Org.). **Debaixo da Lona**:

tendências e desafios regionais da luta pela terra e da reforma agrária no Brasil. Goiânia: Ed. da UCG, 2006, p. 131-169.

LUCENA, R. B.; SOUZA, N. J. de. Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira: 1950/2000. **Indic. Econ. FEE**, v. 29, n. 2, Porto Alegre, p. 180-200, ago. 2001.

MARIGHELLA, C. Alguns Aspectos da Renda da Terra no Brasil. **Revista Estudos Sociais**, maio-jun. 1958. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marighella/1958/renda/index.htm>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, A. U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: um retorno aos dossiês. **Agrária**, n.º. 12, São Paulo, USP, p. 3-113, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/agraria/article/viewFile/702/711>>. Acesso em: 10 abril 2016.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA NETO, O. J. O.; SILVA, K. A.; MACHADO, W. B. A influência do negócio da cana-de-açúcar nos preços das terras da microrregião de Uberaba - Minas Gerais. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 52. **Anais...** Goiânia, 2014.

PAULANI, L. M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142009000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 nov. 2017.

PEREIRA, M. F. V. Os agentes do agronegócio e o uso do território no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: da moderna agricultura de grãos à expansão recente da cana de açúcar. **Revista do Departamento de Geografia**, USP. São Paulo, v. 23, p. 83-104, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47206>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PEREIRA, M. F. V. A cana-de-açúcar e as usinas sucroalcooleiras no Triângulo Mineiro: periodização e processo recente de expansão. In: IX ENANPEGE, 2011. **Anais...IX ENANPEGE**, Goiânia, out. 2011. p. 1-8.

PEREIRA, M. F. V. As 'cidades da cana' no Triângulo Mineiro (Brasil): Para uma discussão das implicações territoriais do agronegócio e de seus nexos urbanos. In: XV Encuentro de Geógrafos

de América Latina - EGAL, 2015, La Habana. **Anais do XV Encuentro de Geógrafos de América Latina - EGAL**. La Habana: Universidad La Habana, 2015. v. 1.

PEREIRA, M. F. V. O setor sucroenergético no Triângulo Mineiro e as 'cidades da cana'. In: XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA, 2014, Natal. **Anais do XXII ENGA**. Natal: UFRN, 2014. v. 1. p. 2801-2816.

PEREZ, R.; SILVA JÚNIOR, A. G.; VIANA, K. R. O. **Desenvolvimento da cadeia de Insumos do APL Etanol no Triângulo Mineiro**. Viçosa: O Autor, 2011.

PORTAL DO ECONOMISTA. **Preço da terra em Minas Gerais teve valorização de 23% em 2013**. 16/01/2014. Disponível em:  
<[http://www.portaldoeconomista.org.br/comunicacao/noticias\\_detalhes.php?notId=2477](http://www.portaldoeconomista.org.br/comunicacao/noticias_detalhes.php?notId=2477)>. Acesso em: 11 nov. 2015.

RANGEL, I. Questão agrária e agricultura. In: \_\_\_\_\_. **Obras reunidas**. 2º volume. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 94-114.

RODRIGUES, R. Lyra, rico e com má fama. 07/10/2010. **Estadão**. Disponível em:  
<<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,lyra-rico-e-com-ma-fama-imp-,621663>>. Acesso em: 1 out. 2017.

REYDON, B. P.; POSTAL, A. M. Agronegócio sucroenergético: acesso à terra ou acesso à cana? Os diferentes modelos de negócio e os impactos na gestão empresarial. In: BÜHLER, E. A.; GUIBERT, M.; OLIVEIRA, V. L. (Org.) **Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização**: abordagens a partir da América do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VALOR ENGENHARIA. **Laudo de Avaliação**: Usina Triálcool. 2014. Disponível em:  
<[http://www.grupojl.com.br/wp-content/uploads/2016/02/Laudo-de-Avaliacao\\_Trialcool\\_fl.-30.745-a-30.992.pdf](http://www.grupojl.com.br/wp-content/uploads/2016/02/Laudo-de-Avaliacao_Trialcool_fl.-30.745-a-30.992.pdf)>. Acesso em: jul. 2016.

VALOR ENGENHARIA. **Laudo de Avaliação**: Usina Vale do Paranaíba. 2014a. Disponível em: <[http://www.grupojl.com.br/wp-content/uploads/2016/07/Laudo-de-Avaliacao\\_Vale\\_fl.-30.474-a-30.715.pdf](http://www.grupojl.com.br/wp-content/uploads/2016/07/Laudo-de-Avaliacao_Vale_fl.-30.474-a-30.715.pdf)>. Acesso em: jul. 2016.

Recebido em 22/07/2018

Aceito em 29/10/2018